



USO DO MÉTODO DE INFORMANTES CHAVE PARA O LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES PRELIMINARES DA COMUNIDADE DE PESCADORES ARTESANAIS DA VILA YARA, ALTÔNIA – PR.

SE OF THE KEY INFORMATION METHOD FOR THE SURVEY OF PRELIMINARY INFORMATION FROM THE ARTISANAL FISHERMEN COMMUNITY OF VILLAGE YARA, ALTÔNIA – PR.

Karla Cristhiane Constantino¹

<https://orcid.org/0000-0001-5390-305X>

Alberto Feiden^{2,3}

<https://orcid.org/0000-0001-8951-825X>

GT 02 - MEIO AMBIENTE, ÁGUA, FLORESTAS E ÁREAS VERDES

Resumo: Este trabalho é um estudo descritivo, e tem como objetivo levantar dados preliminares sobre a história dos pescadores artesanais da Vila Yara, localizada em Altônia-PR. Utilizou-se a metodologia de entrevista semiestruturada com informantes chave, com técnicas para a construção do calendário histórico e o calendário sazonal. Foi possível verificar que as unidades de conservação e a legislação ambiental afetam a territorialidade e costumes tradicionais no que diz respeito ao desenvolvimento da pesca artesanal. Além disso, as barragens implantadas afetam o ciclo do rio, impedindo a ocorrência de grandes cheias, e portanto, a dinâmica reprodutiva dos peixes, alterando o período de desova. Conclui-se que as principais interferências no modo de vida tradicional da comunidade são a legislação ambiental, a qual proíbe o uso de tralhas, petrechos e técnicas tradicionais de captura de pescado, além da proibição de captura de espécies que antes eram características dos pescadores, e a criação de unidades de conservação na área de influência da comunidade, o que levou a proibição da pesca em determinados locais, como lagoas e o Varjão. Esses relatos evidenciam que a cultura tradicional, bem como a territorialidades dos pescadores artesanais da Vila Yara tem sido negligenciados.

Palavras Chave: Desenvolvimento Sustentável. Justiça Ambiental. Dados de pesca. Conflito de pesca. Conhecimento local.

Abstract: This work is a descriptive study that aimed to gather preliminary information about the history of artisanal fishermen in Vila Yara, located in Altônia-PR. The semi-structured interview methodology with key informants was used, with techniques for the construction of the historical calendar and the seasonal calendar. It was possible to verify that the conservation units and the environmental legislation

1 Mestranda em Desenvolvimento Rural sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Altônia, Paraná, Brasil. engambkc@gmail.com.

2 Pesquisador da Embrapa – Pantanal; Prof. Dr. do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Doutor em Agronomia, Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brasil. alberto.feiden@embrapa.br.

3 Membro da Rede Internacional de Pesquisa em Desenvolvimento Resiliente ao Clima – RIPEDRC.





affect the territoriality and traditional customs with regard to the development of artisanal fishing. In addition, the implanted dams affect the river cycle, preventing the occurrence of large floods, and therefore, the reproductive dynamics of the fish, changing the spawning period. It is concluded that the main interferences in the traditional way of life of the community are the environmental legislation, which prohibits the use of some fishing tools and traditional techniques used by local fishermen, in addition to the prohibition of fishing species that were previously characteristic of fishermen, and the creation of conservation units in the area of influence of the community, which caused to the prohibition of catching fishes in certain places, such as lagoons and Varjão. These reports show that the traditional culture, as well as the territoriality of artisanal fishermen in Vila Yara, has been neglected.

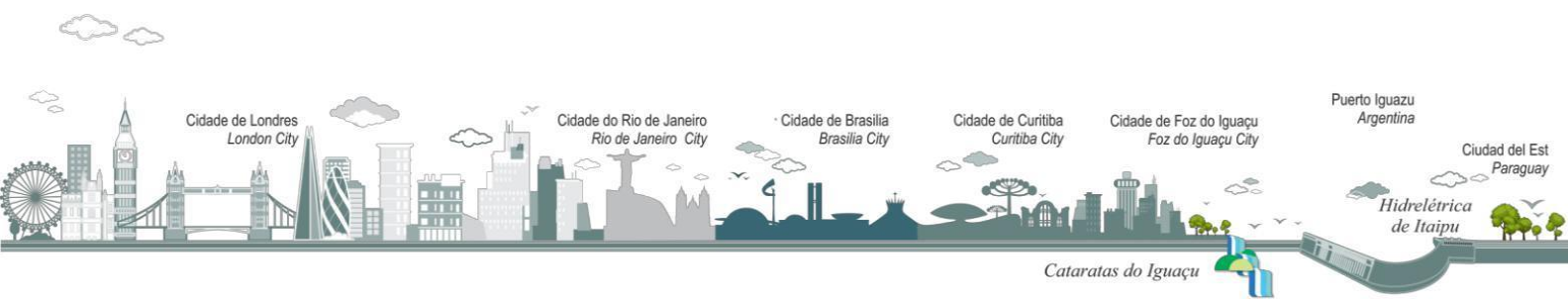
Keywords: Sustainable Development. Environmental Justice. Fishing data. Fishing conflict. Local knowledge.

INTRODUÇÃO

Os pescadores artesanais por muito tempo têm sido negligenciados perante a construção de políticas públicas para o setor, além de excluídos da tomada de decisão sobre a gestão do território ao qual pertencem e que tem influência direta no seu modo de vida. Assim sendo tratam-se de uma classe vulnerável a qual merece e precisa da atenção dos pesquisadores, principalmente voltadas a conservação de seu modo de vida (DIEGUES, 1998; ITOZ *et al.*, 2017).

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, Lei N° 11.959/2009, considera a prática da atividade de pesca artesanal “por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte”. O parágrafo 1° do art. 3 da mesma lei evidencia a responsabilidade do poder público de garantir a continuidade e permanência das atividades de pesca artesanal considerando suas peculiaridades e demandas (BRASIL, 2009).

Tendo em vista que o conhecimento tradicional dessas comunidades é pouco valorizado e sistematizado, e que a tomada de decisão de planejamento territorial e a gestão dos recursos naturais são feitos a partir de meios e métodos Top-Down, busca-se levantar os impactos desta realidade nas comunidades tradicionais, através de um estudo de caso (DIEGUES, 1998; CARDOSO, 2009).





Nesse sentido, descrever as práticas e conhecimento tradicional do grupo de pescadores artesanais da Vila Yara contribuirá como subsídio para novas propostas de gestão territorial e socioambiental, de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável.

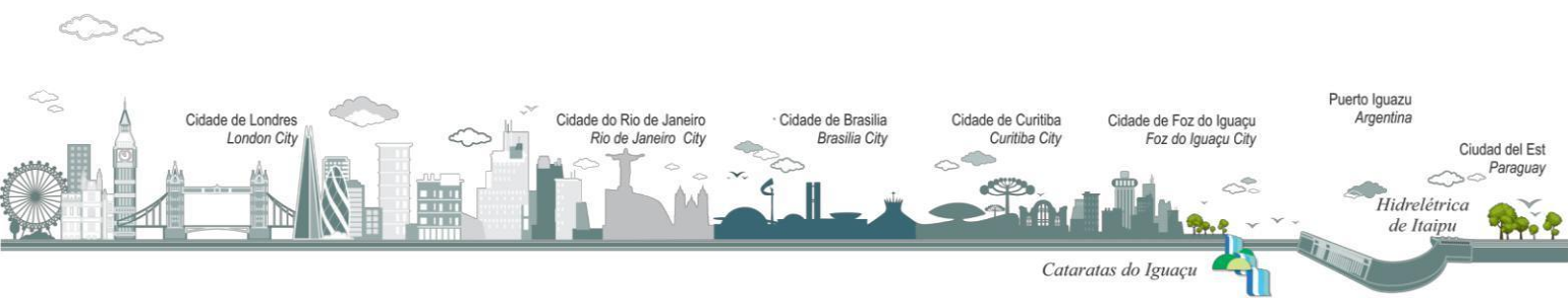
Estudo anterior (CONSTANTINO; FEIDEN, 2019) realizado na comunidade permitiu o levantamento de informações preliminares, como resultado mostrou que existem 94 habitantes organizadas em 37 famílias, sendo que destas 11 vivem exclusivamente da pesca artesanal. Entre as 11 famílias de pescadores artesanais que vivem na Vila, três que vendem iscas vivas e o restante pescam isca e peixes maiores. A renda mensal gerada, em média, é de um salário-mínimo e cerca de 70% da produção de pescado é comercializado na vila pelos próprios pescadores, o restante é vendido para mercados no município onde podem emitir nota fiscal, pois apesar de não pagarem um preço justo, os pescadores precisam desta comprovação como garantia documental para aposentadoria.

Este trabalho é um estudo descritivo, e tem como objetivo levantar dados preliminares sobre a história dos pescadores artesanais da Vila Yara em Altônia-PR, visando identificar as interferências externas na comunidade tradicional ao longo do tempo, evidenciando a valorização ou desvalorização do conhecimento tradicional, através de metodologia de informantes-chave. Portanto este trabalho tem dois eixos principais, sistematizar o conhecimento tradicional adquirido pelos pescadores artesanais através de suas vivências práticas e avaliar os impactos diretos e indiretos das tomadas de decisão feitas sem nenhuma consulta as populações atingidas.

METODOLOGIA

A Figura 1 mostra a localização da área de estudo, o Balneário Vila Yara, em Altônia, no noroeste do estado do Paraná. Tem como fronteira os limites do Parque Nacional de Ilha Grande, que de acordo com seu plano de Manejo, possui uma área total de 78.875 ha e 20,16% pertence ao município de Altônia. Além disso, a

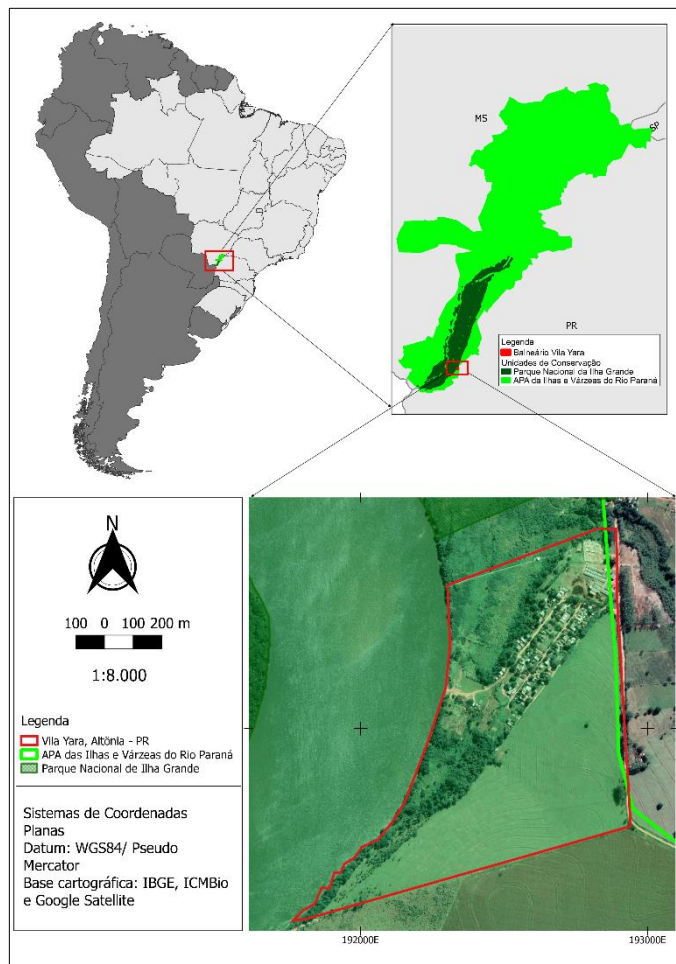
163





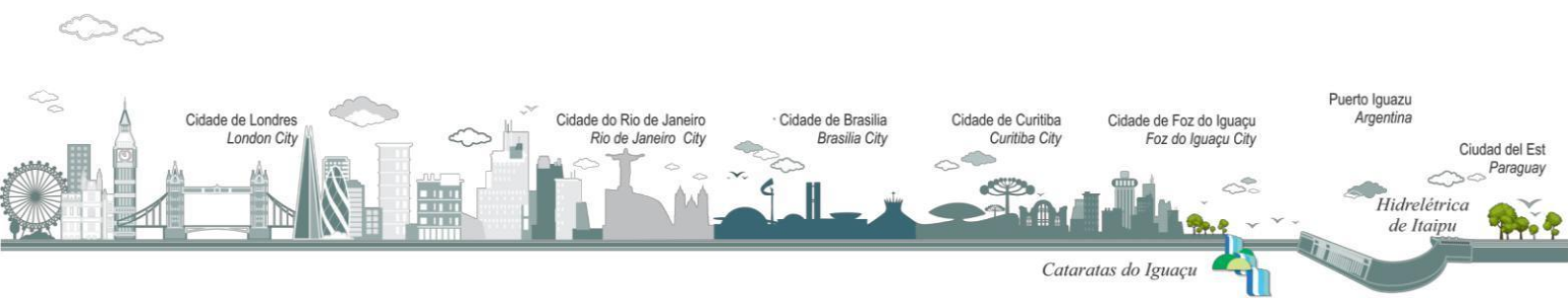
comunidade está dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná.

Figura 1 – Localização da área de estudo: Balneário Vila Yara em Altônia, PR.



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

O presente artigo apresenta um estudo descritivo, através de metodologias participativa, dando voz ativa ao sujeito. Como proposta metodológica inicial pretendia-se realizar dinâmicas grupais com as 11 famílias de pescadores artesanais, objeto de estudo da presente pesquisa. Porém a comunidade apresenta conflitos devido sua localização geográfica, região de fronteira internacional Brasil-Paraguai, o





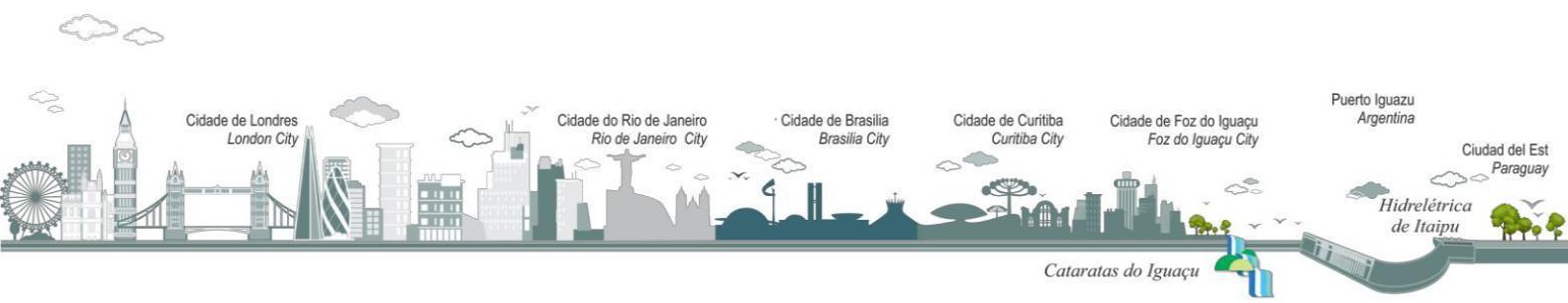
que aparentemente criou receio em parte da população para participar da pesquisa, sendo que por ocasião da realização das dinâmicas, a participação foi baixa.

Durante dinâmicas iniciais descritas em Constantino; Feiden (2019) notou-se este desconforto durante o diálogo entre os participantes. Das 11 famílias convidadas para a dinâmica, houve a participação apenas das lideranças da Vila, sendo estas as mesmas que foram via de acesso dos pesquisadores ao grupo. Optou-se por realizar a atividade assim mesmo, já que as duas lideranças têm características de informantes-chave e serão nomeados como “Informante 1” e “Informante 2”. Há a intenção de confirmar essas informações através de entrevistas individuais com cada uma das 11 famílias, porém até o momento isto não foi possível em função do isolamento social decretado devido à epidemia de Covid-19.

Os dados levantados em agosto de 2019, em que foi previsto a realização das dinâmicas grupais elaboradas de acordo com o Guia de diagnóstico rural participativo de Verdejo (2007): a construção do calendário histórico e o calendário sazonal. Foi necessário realizar adaptações metodológicas frente ao número de participantes, portanto estas dinâmicas foram realizadas em caráter de entrevistas semiestruturada com informantes chave, seguindo recomendações de Schensul (2004).

Para a construção do calendário histórico, buscando representar as sucessões históricas, com as mudanças que estes causaram no sistema de produção e ambiente num tempo predeterminado, levando em conta o ano em que os entrevistados se tornaram moradores da Vila até a atualidade, os aspectos analisados foram: Quantidade de peixes; Leis e Restrições de uso de equipamentos, área de pesca, espécies de peixes, situação ambiental do Rio Paraná; Eventos Climáticos e Obras.

Para o Calendário Sazonal, buscou-se identificar ciclos anuais que impactam a comunidade de forma relativa, identificando os meses com maior valor ou menor que o anterior. Os ciclos levantados foram: chuva, temperatura, quantidade de peixe e espécies, desova dos peixes, quantidade de turistas, renda e venda do pescado.



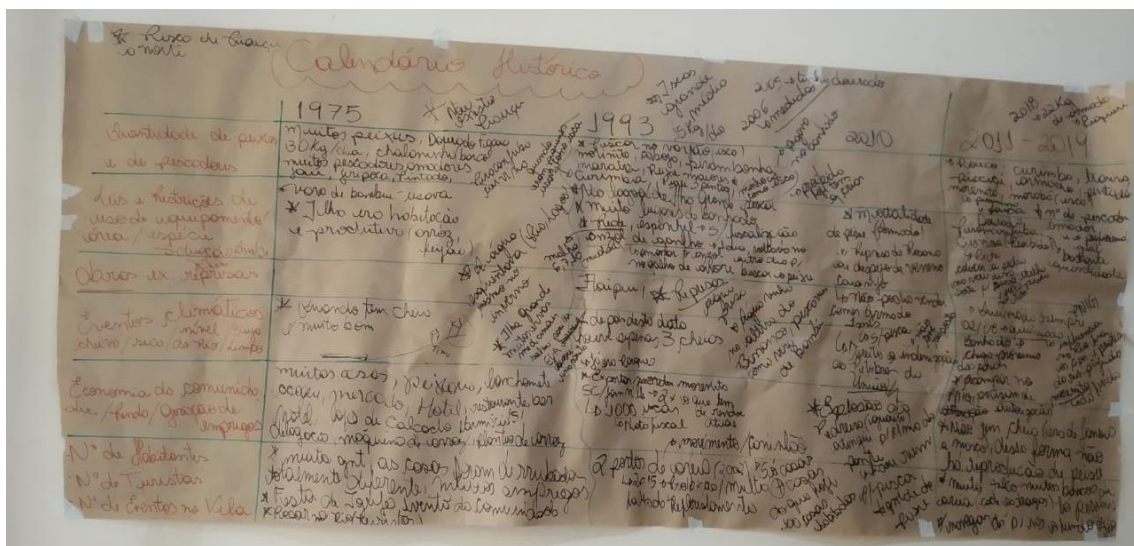


Para a realização desta entrevista utilizou-se papel pardo fixados em uma superfície com uma grade de fundo preenchida pelos participantes a cada questionamento feito. Em seguida os dados obtidos foram compilados e analisados qualitativamente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

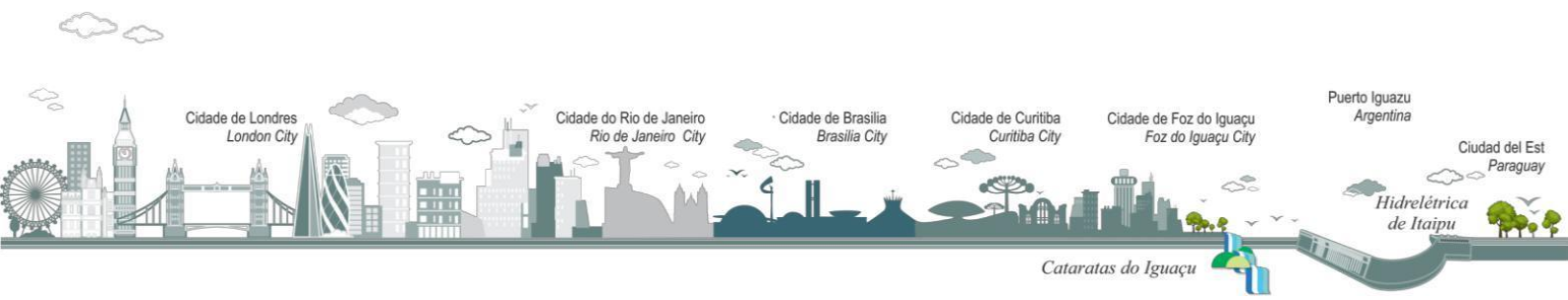
A Figura 2 apresenta o Calendário Histórico que foi construído durante a entrevista e sistematizado nas Tabelas de 1 a 5 para melhor visualização dos resultados, ressaltando-se que nestas tabelas, além dos dados coletados na dinâmica foram acrescentadas informações tais como nº das legislações citadas e o detalhamento do ano em que a mesma entrou em vigor, além dos nomes científicos das espécies citadas pelos entrevistados.

Figura 2 - Calendário Histórico construído pelos informantes chave.



Fonte: Arquivo dos autores (2019).

Os anos de 1975 e de 1993 são observações feitas pelo Informante 1 e Informante 2, respectivamente, e se referem ao ano em que se mudaram para a Vila e iniciaram a atividade de pesca artesanal.



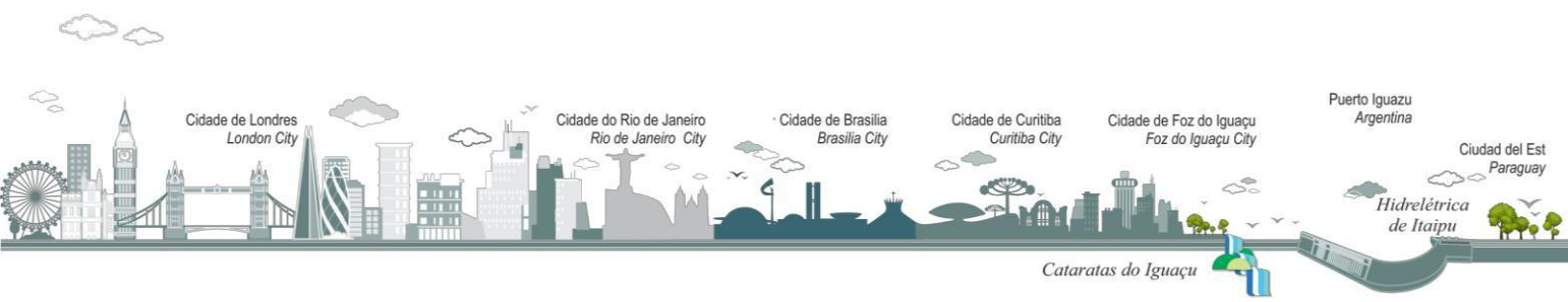


A Tabela 1 mostra que houve mudanças na diversidade e na quantidade de pescado, justificado pelos informantes pelas alterações do regime de cheias do Rio Paraná causado pelas instalações das hidroelétricas. Também influenciou a alteração na legislação quanto ao uso de equipamento de pesca, chamado de tralhas, e quanto aos locais de pesca vedados à utilização, causada pela implantação das unidades de conservação.

Tabela 1 - Sistematização das informações do Calendário Histórico: mudança na quantidade de pescado.

Mudança na quantidade de pescado ao longo do tempo	
1975	<ul style="list-style-type: none"> - Havia muitos peixes, como: dourado facão ou cachorra (<i>Rhaphiodon vulpinus</i>), jaú (<i>Paulicea luetkeni</i>), jurupoca (<i>Hemisorubim platyrhynchos</i>), pintado (<i>Pseudoplatystoma corruscans</i>), piraicanjuba (<i>Brycon orbignyanus</i>), corvina (<i>Micropogonia furnier</i>); - As iscas utilizadas eram peixes pequenos destas mesmas espécies; - Ressalta-se que não existia o Piauçu (<i>Leporinus macrocephalus</i>), pois esta é uma espécie exótica invasora; - Conseguiram pescar, em média, 30 kg de peixe/dia; - Pescavam embarcados em chalaninha (barco pequeno de madeira movido a remo);
1993	<ul style="list-style-type: none"> - Pescavam isca no varjão (planície de inundação do Rio Paraná): morenita (<i>Gymnotus spp.</i>), caborja (<i>Leptoplosternum pectorale</i>), pirambóia (<i>Lepidosiren paradoxa</i>), marabá (<i>Hoplerythrinus unitaeniatus</i>), e minhoca, a espécie com presença mais marcante é a minhocoçu (<i>Rhinodrilus alatus</i>) (atualmente para usar minhoca como isca é preciso criar, não pode pegar no barranco). Estas iscas apresentavam tamanho grande ou médio, maiores do que as utilizadas atualmente; - Peixes mais pescados: Curimba (<i>Prochilodus lineatus</i>), Piau-três-pintas (<i>Leporinus friderici</i>), dourado facão, jaú, jurupoca, pintado, piraicanjuba, corvina. Usavam os filhotes desta espécie como isca; - Pescavam cerca de 15 kg de peixe/dia;
2005	<ul style="list-style-type: none"> - A quantidade de dourados se sobressaiu em relação a outras espécies;
2011-2019	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuição na disponibilidade de peixes; - Os principais peixes são: Curimba, Traíra (<i>Hoplias malabaricus</i>), Piauçu, Armado (<i>Pterodoras granulosus</i>), Pintado; - Utilizam Morenita e Marabá como isca, mas são pequenas e tem pouca quantidade; - Diminuição do número de pescadores profissionais e amadores;
2018	<ul style="list-style-type: none"> - Houve uma pescaria que rendeu 22 kg de Armado no Rio Piquiri (afluente do Rio Paraná);

De acordo com a Tabela 1, pode-se perceber a diminuição na disponibilidade em quantidade e variabilidade de espécies no Rio Paraná, sentida principalmente após 2010, além da diminuição de tamanho das espécies capturadas, principalmente em





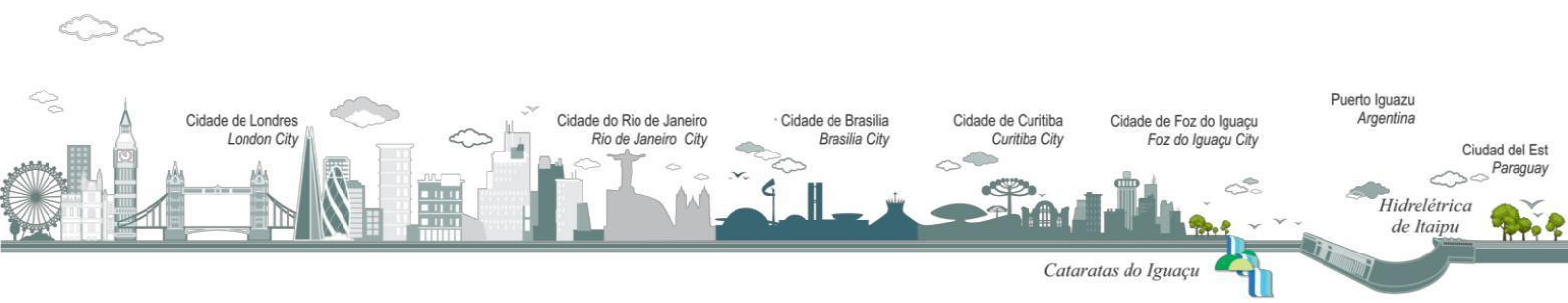
relação as iscas, pois antigamente usavam os filhotes de peixes maiores, e atualmente utilizam apenas espécies específicas para este fim.

O piauçu, espécie exótica invasora, foi introduzido na bacia hidrográfica do Rio Paraná, é originária do Rio Cuiabá, pertencente a Bacia Hidrográfica do rio Paraguai na região do Mato Grosso e atualmente de acordo com a Tabela de espécies exóticas invasoras está presente em todas as bacias hidrográficas do Brasil (SANTOS, 2007). Não há na literatura uma definição exata sobre introdução do piauçu na Bacia Hidrográfica do Rio Paraná, mas como aponta dados da Tabela 1, a presença deste peixe foi notada após 1975.

A Tabela 2 apresenta as informações levantadas em relação as interferências sentidas pelas legislações de pesca, que passaram a regulamentar a atividade após 2004. A partir deste período, a maioria das tralhas e técnicas de pesca aplicadas desde o início do desenvolvimento da atividade de pesca pelos entrevistados passaram a ser proibidas.

Tabela 2 - Sistematização das informações do Calendário Histórico: legislações de pesca.

Legislação de Pesca	
1975	- Usavam vara de bambu como petrecho de pesca;
1993	- Usavam: rede malha 6 (30 mm), 7 (35 mm) e 10 (50mm), espinhel, anzol de galho (amarrar o anzol no galho da árvore, penduravam em um dia e no outro dia voltavam para buscar o peixe); - Não havia fiscalização;
2004	- Instrução Normativa do IBAMA nº43 de 26 de julho de 2004: proibiu práticas antes utilizadas, como: redes de espera com malhas inferiores a 70 mm de distância entre os nós (malha 14); covos com malhas inferiores a 50 mm; espinhel, cujo comprimento ultrapasse a 1/3 da largura do ambiente aquático e que seja provido de anzóis que possibilitem a captura de espécies imaturas;
2006	- Definição de medidas;
2007	- Proibição da captura da Corvina pela Portaria do IBAMA nº 43 de 24 de setembro de 2007;
2010	- Grande mortalidade do peixe Armado, pois a Usina Hidrelétrica de Rosana despejou veneno para matar os caramujos, o qual é alimento do armado. Então os pescadores ficaram proibidos de pescar, comer ou comercializar o Armado. Entraram com um pedido de indenização, mas não obtiveram resposta;
2014	- Proibição da pesca da Piraicanjuba, pois esta foi incluída na “Lista Nacional Oficial de Espécies Ameaçadas de Extinção – Peixes e Invertebrados Aquáticos” e é classificada como “em perigo”, pela Portaria do Ministério do Meio Ambiente nº 445 de 17 de dezembro de 2014;





2018	- Proibição da pesca do Dourado até 2026 pela Lei Estadual do Paraná, nº 19.789 de 11/12/2018;
------	--

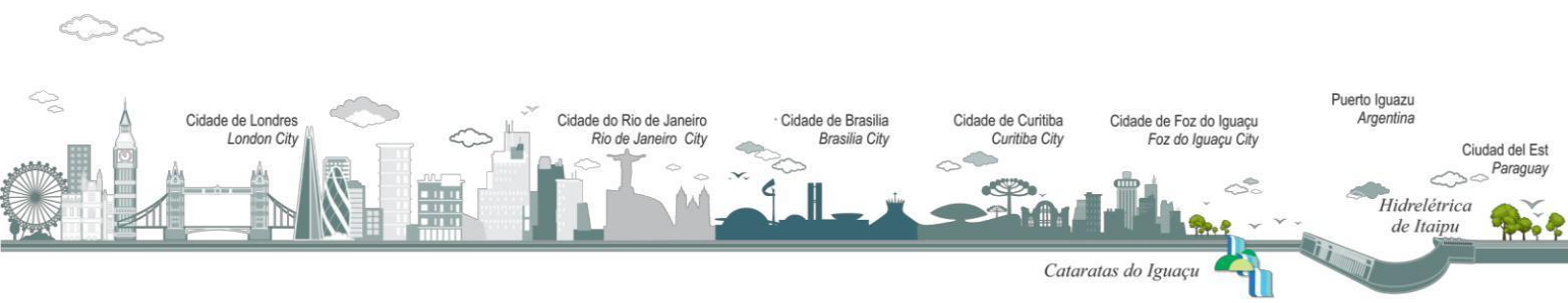
Na Tabela 3 é apresentado as informações coletadas acerca da interferência da criação de Unidades de Conservação na área de influência dos pescadores artesanais, a qual está relacionada principalmente com a proibição de locais de pesca, coleta de ervas e cultivo de alimento em áreas pertencentes ao Parque Nacional de Ilha Grande, criado em 1997.

Tabela 3 - Sistematização das informações do Calendário Histórico: legislação ambiental – Unidades de Conservação.

Unidades de Conservação	
1975	- A Ilha Grande era habitada e produtiva, com cultivo de culturas como arroz, feijão, café; - A Ilha Grande continha muitas ervas medicinais utilizadas pelos moradores, como a salsa parrilha;
1993	- Pescavam na Lagoa de Ilha Grande e muitos lugares de banhado;
1997	- Criação do Parque Nacional de Ilha Grande (PNIG) pelo Decreto s/n 30/09/1997; - Área de Proteção Ambiental (APA) das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná pelo decreto de 30 de setembro de 1997; - Proibição da pesca no varjão; - Desapropriação das terras dos moradores da área definida como PNIG; - PNIG é uma unidade de proteção integral, sendo proibida a realização de atividades como a pesca; - Pesquisadores do EUA levaram várias espécies nativas da Ilha embora; - Os moradores da Vila não podem mais usar as plantas medicinais ou cultivar na área do Parque;

Vale ressaltar que estas informações corroboram com Diegles (1998) e Cardoso (2009) em relação a não participação de comunidades vulneráveis durante o processo de implantação de unidades de conservação, além de ignorarem a realidade dos pescadores artesanais, que são atingidos diretamente por estas UC's que interferem diretamente na sua territorialidade e e no seu modo de vida tradicional.

A Tabela 4 apresenta os eventos climáticos percebidos que interferiram na atividade da pesca. Ao cruzar estes dados com os apresentados na Tabela 1, pode-se notar que a diminuição de pescado é sentida no mesmo período em que não foram percebidas grandes cheias anuais neste trecho do Rio Paraná, ou seja, na década de 1990, corroborando com as informações da Tabela 5, em que há o início do





represamento do rio à montante da localização da comunidade.

Tabela 4 - Sistematização das informações do Calendário Histórico: eventos climáticos

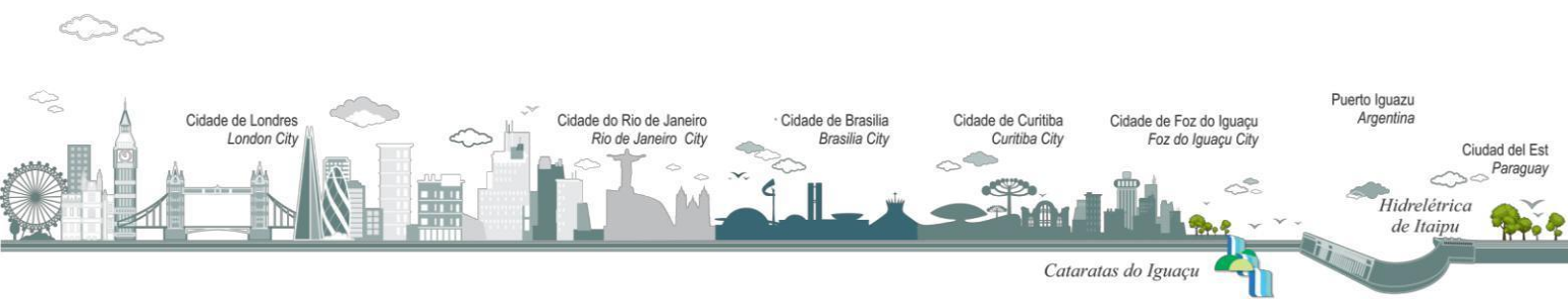
Eventos Climáticos (chuva, seca, nível do rio, limpo/sujo)	
1975	- A água esquentava mesmo no inverno (rios e lagoas); - Ocorriam muitas cheias, o que era muito bom;
1993	- Depois deste ano ocorreram apenas 3 cheias;
2011-2019	- O PNIG sempre queima; - As queimadas influenciam no rio, pois tiram os cipós e a proteção do rio, prejudicam as morenitas, pois causa feridas nelas; - No dia 02/08/2019 iniciou uma queimada no banhado e chegou próximo das casas dos moradores da Vila; - As cheias não acontecem mais, antigamente aconteciam de janeiro a março, dessa forma não há a reprodução dos peixes; - o rio está muito seco, com muitos bancos de areia, está péssimo para navegar, e em alguns pontos dá para ver o fundo do rio; - antigamente tinham dragas no rio que tiravam a areia;

Em vista disso, é possível dizer que as alterações antrópicas no curso do rio, como o represamento, regime de cheias, disponibilidade de pescado e variabilidade de espécies estão interligados. Isto pode ser verificado com as informações apresentadas na Tabela 5.

Tabela 5 - Sistematização das informações do Calendário Histórico: obras.

Obras	
1975	Antes das represas o nível da água chegava na altura do barranco, não era possível pescar desembarcado com vara de bambu;
1984	- A Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional iniciou as operações, mas a obra para sua construção iniciou em 1975;
1987	- A Usina Hidrelétrica de Rosana, instalada no Rio Paranapanema (afluente do Rio Paraná), entra em operação;
1999-2001	- A Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (UHE Porto Primavera) entra em operação, mas as obras iniciaram em 1979;
2010	- Explosão da Pedreira (Guaíra) atingiu áreas acima da Ponte Ayrton Senna, ficou ruim para pescar, e diminuiu a quantidade de peixe;

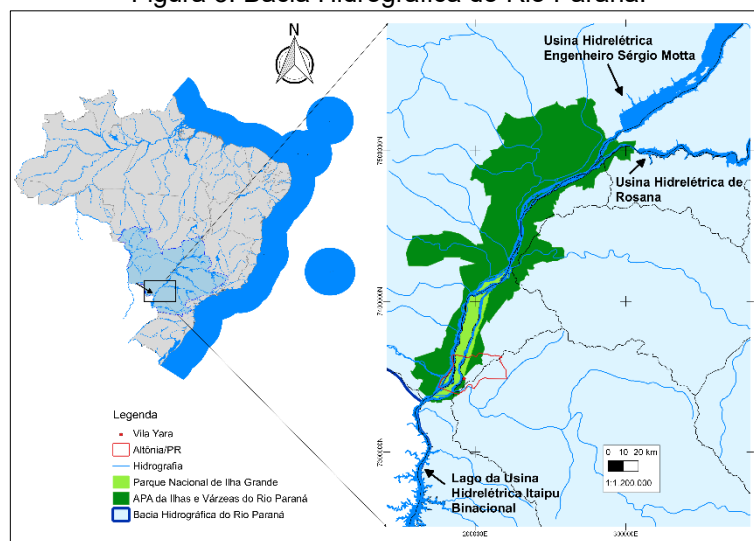
A Figura 3 mostra a extensão da Bacia Hidrográfica do Rio Paraná, bem como as obras e regiões que afetam a comunidade, segundo as informações levantadas. Ressalta-se dois grandes grupos, as obras antrópicas e as unidades de conservação. Em relação as obras antrópicas temos três grandes hidrelétricas, duas a montante da Vila, a de Rosana e a Engenheiro Sérgio Motta, e uma a jusante, a Itaipu Binacional.





Este conjunto de intervenções alterou o comportamento do rio, sendo que as duas a montante interferem diretamente em relação as cheias e seu nível médio, enquanto que a usina situada a jusante interferiu no comportamento dos peixes migratórios, já que criou uma barreira ao se percurso, interferindo nas desovas e quantidades de peixes disponíveis.

Figura 3: Bacia Hidrográfica do Rio Paraná.



Fonte: Organizado pelos autores (2020).

Ainda na Figura 3, encontra-se a área definida como o Parque Nacional de Ilha Grande, o qual é uma unidade de conservação integral, e a APA da Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, caracterizada como uma unidade de uso sustentável. As criações destas UC's influenciaram, principalmente, a abrangência do território e área de atuação dos pescadores artesanais da Vila Yara, a qual antes de 1997, também era composta pelas lagoas contidas dentro das Ilhas, as várzeas e as lagoas ao entorno.

A Figura 4 apresenta o Calendário Sazonal construído durante a entrevista, o qual descreve ciclos anuais importantes para a comunidade estudada. A seguir são listadas as informações levantadas:

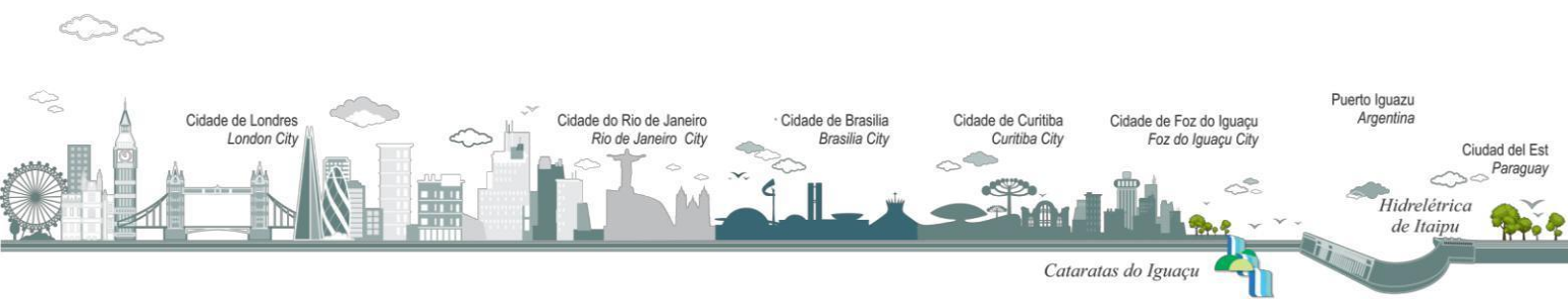
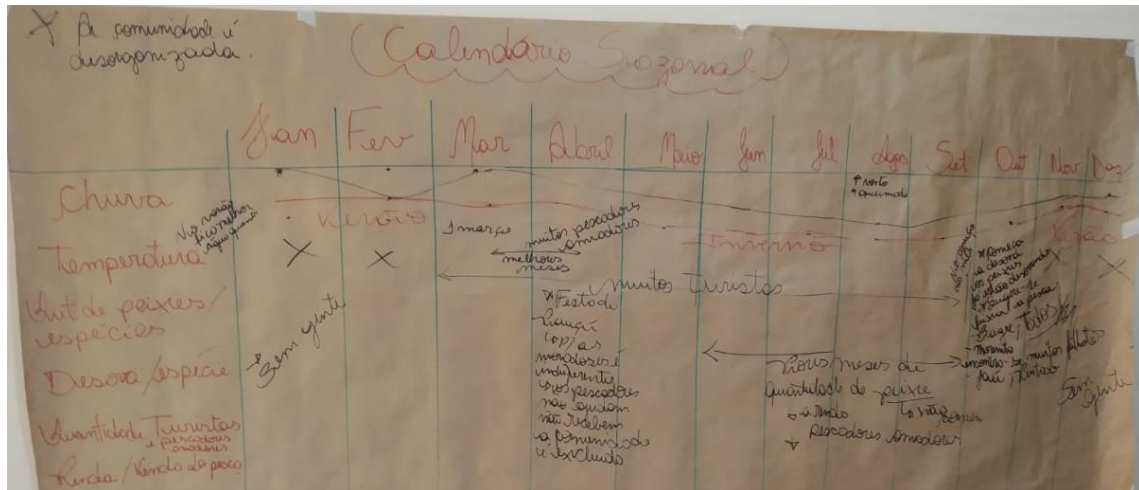


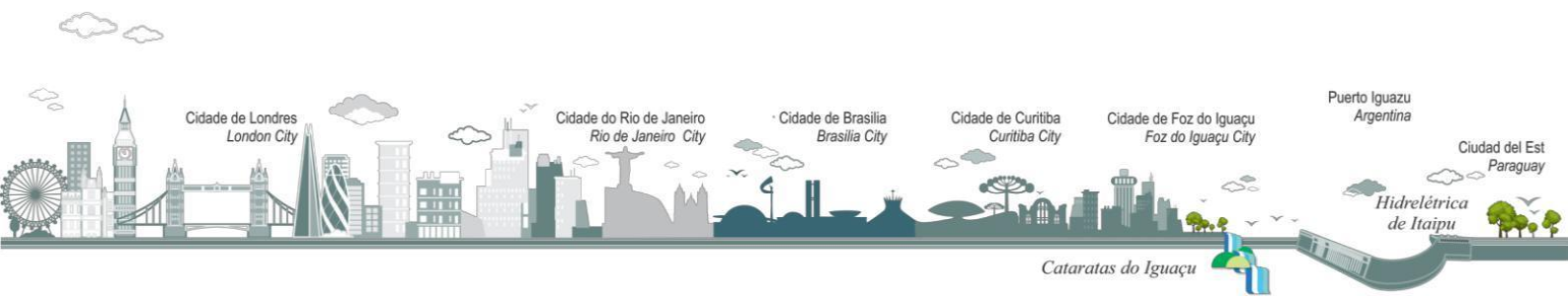


Figura 4: Calendário Sazonal construído durante a entrevista.



Fonte: Arquivo dos autores (2019).

- Na época da piracema, em que a pesca está fechada, do fim de outubro a fevereiro, não tem movimento de pessoas na Vila, iniciando o movimento de turistas e pescadores amadores no dia 01 março, com a reabertura da pesca;
- Março e abril são os melhores meses para pesca e geração de renda, muitos pescadores amadores frequentam o rio, e de março até setembro tem muitos turistas;
- Em abril acontece a festa do Piauçu na Vila Yara, organizada pela Secretária de Esporte e Turismo, em parceria com o Clube de Pesca, pertencente aos pescadores amadores. Apesar de ocorrer dentro da comunidade da Vila Yara, não tem representatividade ou pertencimento aos pescadores artesanais, de acordo com o relato. Trata-se de um evento indiferente e externo à comunidade, pois estes não são convidados para participar da organização, a comunidade se sente excluída do evento, organizado por pessoas externas dentro da própria comunidade. Este fato revela, novamente, a exclusão dos pescadores artesanais das tomadas de decisão dentro de seu próprio território;
- No fim de maio inicia o inverno, sendo que o período de junho a setembro considera os piores meses para a pesca, tanto em quantidade de peixes quanto na





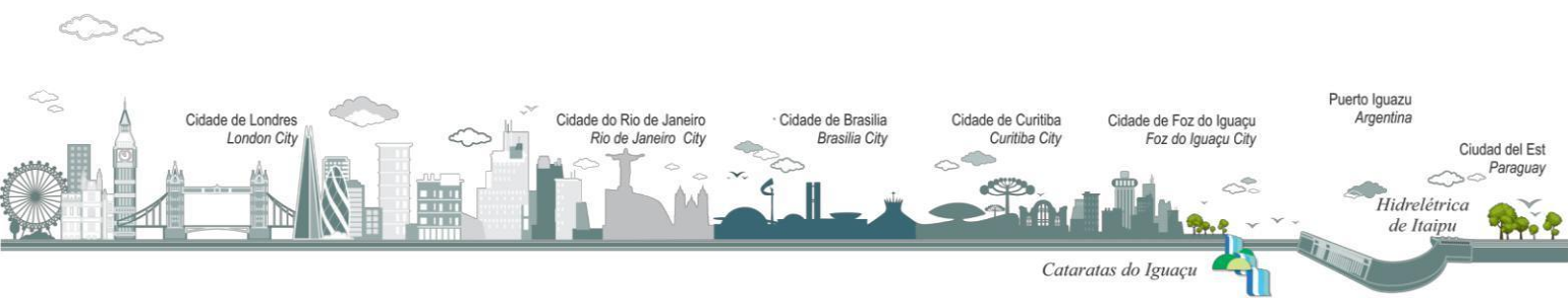
renda, além da diminuição dos pescadores amadores que frequentam a Vila. No inverno a água está fria e os peixes não comem, dificultando sua captura, por isso os turistas não aparecem;

- Agosto é um mês muito seco e com muito vento, dando início a época de queimada. Os entrevistados relatam que houve um aumento na ocorrência e intensidade das queimadas;

- No início do mês de outubro, apesar de a pesca ainda não estar fechada, os entrevistados relatam que os peixes já estão desovando, por isso sugerem o fechamento da pesca no início deste mês. Todas as espécies apresentam este comportamento, mas chama-se a atenção para o Bagre (*Genidens genidens*, *Netuma barba* ou *Tachysurus barbatus*, *Tpsulonophorus* e *T. agassis*) e a morenita. Além disso encontram-se muitos filhotes de jaú e pintado.

A partir das informações coletadas, ressalta-se a grande relação entre a temperatura da água, quantidade de chuva, a desova e captura de peixes. De acordo com o levantamento feito, no verão, de setembro até abril, é a melhor época do ano para pesca, pois a água está quente, especialmente nos meses de março e abril, logo após a reabertura da pesca.

Durante a entrevista também foram levantados alguns pontos como: a observação dos pescadores sobre a presença marcante da espécie dourado, piraicanjuba e corvina, os quais encontram-se com a captura proibida. Apesar da atual proibição da captura da corvina, os entrevistados lembram de práticas antigas ligadas a esta espécie, trata-se de colar a pedra da corvina, os otólitos localizados na base do crânio do peixe, na ponta da vara com cera de abelha, garantindo-lhes sorte na pescaria, além de usá-las como amuleto para proteger contra pedra no rim. Além disso, os entrevistados sugerem a prática de pescar piauçu a noite, sendo este a período do dia mais propício para captura do mesmo.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia utilizada permitiu um levantamento de informações detalhado sobre o modo de vida dos pescadores artesanais, as interferências, adaptações e transformações que ocorreram com o passar do tempo, porém por tratar-se de um comunidade com conflitos e receosa de participar do diálogo foram necessárias adaptações, e serão necessárias mais pesquisas para aprofundar essas informações.

Conclui-se que as grandes interferências no modo de vida tradicional da comunidade provem da legislação ambiental, com mudanças em petrechos e técnicas utilizadas tradicionalmente, e proibições de captura das espécies economicamente importantes.

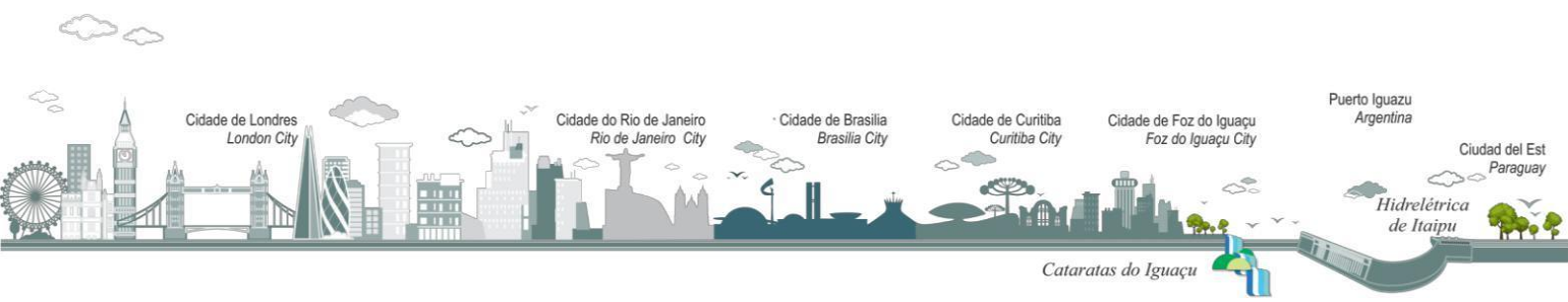
Outro entrave é a criação de unidades de conservação, levando a proibição da pesca em determinados locais, além de proibir a coleta de espécies medicinais e o cultivo de lavouras nas áreas tradicionalmente utilizadas pela comunidade.

Um fato importante verificado foi a exclusão da comunidade em ações e eventos de pesca que ocorrem dentro de seu território. Isto mostra um conflito latente entre pescadores amadores e pescadores profissionais artesanais, que merece ser melhor aprofundado.

Os resultados da presente pesquisa corroboram com autores supracitados sobre a negligencia e exclusão que tem vivido os pescadores artesanais, sendo este um fato comum, seja pela gestão pública ou demais usuários do mesmo território.

Além disso, as obras realizadas no leito do rio Paraná e seus afluentes, principalmente a Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu e a Usina hidrelétrica Engenheiro Sergio Motta, alteram a paisagem, o regime de cheias e o comportamento natural do rio, influenciando diretamente sobre a disponibilidade de peixes para a atividade.

Por fim, vale ressaltar que informações específicas do território que necessitam de pesquisas mais aprofundadas sobre o tema foram levantadas como a antecipação da desova dos peixes frente a alterações no curso do Rio Paraná.





REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto s/nº de 30 de setembro de 1997. **Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná**, nos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, e dá outras providências, 1997.

BRASIL. Decreto s/nº de 30 de setembro de 1997. **Cria o Parque Nacional de Ilha Grande**, nos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, e dá outras providências, 1997.

BRASIL. Lei nº. 11.959, de 29 de junho de 2009. **Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca**, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências, 2009.

CARDOSO, E. S. Trabalho e Pesca: Apontamentos Para a Investigação. **Revista Pegada**, v. 10, n. 2, p. 1–14, 2009.

Constantino, K. C.; Feiden, A. Diagnóstico Preliminar da população da Vila Yara, Altônia / Pr. **Revista Geopantanal**, n. 26, 133–147, 2019.

DIEGUES, A. C. S. Environmental impact assessment: The point of view of artisanal fishermen communities in Brazil. **Ocean & Coastal Management**, v. 39, p. 119-133, 1998.

IBAMA. **Instrução Normativa IBAMA nº 43**, de 26 de julho de 2004.

IBAMA. **Portaria IBAMA nº 43**, de 24 de setembro de 2007.

IBAMA. **Instrução Normativa IBAMA nº 26**, de 2 de setembro de 2009.

ITÓZ, C. de; *et al.* **Pesca artesanal em uma comunidade no Araguaia: ação extensionista sobre o custo da atividade e canais de comercialização para o setor**. Palmas, TO: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2017.

MMA. **Portaria MMA nº 43**, de 31 de janeiro de 2014, 2014.

MMA. **Portaria nº 445**, de 17 de dezembro de 2014. Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos, 2014.

PARANÁ. **Lei Estadual nº 19.789**, de 20 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a proibição da captura, do embarque, do transporte, da comercialização, do processamento e da industrialização do peixe da espécie *Salminus brasiliensis* ou *Salminus maxillosus*, o Peixe Dourado, 2018.

SANTOS, G. S. A dos. **Análise Filogenética das espécies de Leporinus (ostariophysi: characiformes: anostomidae) das Bacias do Prata e São Francisco**. Dissertação. UNESP, 2007.

Schensul, J. J. Key informants. **Encyclopedia of health & behavior**. Vol. 1, p.569-571, 2004

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: una guía práctica**. 1. ed. Santo Domingo: Centro Cultural Poveda, 2003.

